

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 126.747 - MS (2011/0300023-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : VANILTON BARBOSA LOPES E OUTRO(S) - MS006771
VÍTOR DA COSTA DE SOUZA E OUTRO(S) - DF017542
EMBARGADO : HILÁRIO SILVA BORGES
ADVOGADO : ONOFRE CARNEIRO PINHEIRO FILHO - MS011125

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO DA DECISÃO EMBARGADA. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Embargos de declaração opostos por Banco do Brasil S.A. à decisão de fls. 604-610 (e-STJ), a qual deu parcial provimento ao seu recurso especial para cassar o acórdão recorrido, julgando extinto o cumprimento provisório da sentença, ante a ausência de liquidez do título.

Alega a existência de omissão do julgado no tocante à inversão dos ônus sucumbenciais, ante o reconhecimento de improcedência do pedido autoral, tendo em vista que, na origem, o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, "ao proferir a decisão de fls. 197-199 (e-STJ), fixou honorários de 10% sobre o valor que o ora embargado estava executando contra o Banco do Brasil, limitando a sucumbência a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), além de 5% sobre o que excedesse tal valor" (e-STJ, fl. 613).

Impugnação apresentada às fls. 618-620 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, na decisão mencionada acima (e-STJ, fls. 197-199), o Juízo singular fixou a verba honorária, com base no art. 652-A do CPC/1973, o qual dispõe que, na execução por quantia certa contra devedor solvente, "ao despachar a inicial, o juiz fixará

Superior Tribunal de Justiça

de plano, os honorários de advogado a serem pagos pelo executado", hipótese válida para o devedor que não efetua o pagamento voluntário da obrigação no prazo determinado.

Nesse contexto, a situação dos autos não autoriza a inversão automática dos ônus sucumbenciais, uma vez que a decisão ora embargada limitou-se a reconhecer a iliquidez do crédito objeto da execução provisória, mas não a inexistência da obrigação, daí a imperiosa necessidade de liquidação do *quantum* devido.

Desse modo, permanecendo a higidez da dívida, não é admissível a fixação de verba honorária, apenas pela determinação da realização de liquidação com vistas à apuração do valor efetivamente devido pelo executado que, nessa condição, permanece vinculado ao cumprimento da condenação.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator